

Título do GT

Cultura alimentar, sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: desafios à pesquisa

Proponentes

Renata Menasche (RS) – renata.menasche@gmail.com

Janice Alves Trajano (CE) – janicetrajano@live.com

Resumo simples

Este Grupo de Trabalho tem por objetivo reunir pesquisadores/as inseridos/as em diferentes contextos e territórios rurais para refletir e debater sobre as interfaces entre cultura alimentar, sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Serão bem-vindos trabalhos que, entre outros tópicos pertinentes à temática, identifiquem e caracterizem práticas e produtos alimentares locais, artesanais, tradicionais; discutam suas relações com o ambiente e a SSAN; reflitam sobre metodologias de pesquisa que apóiem à valorização das culturas e tradições alimentares nos diferentes biomas brasileiros. A iniciativa busca, ainda, fortalecer o diálogo entre a Rede de Estudos Rurais e a Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acumulando em reflexões que contribuam para incorporar o reconhecimento e a valorização da sociobiodiversidade e das culturas alimentares nas políticas públicas de produção, abastecimento e consumo de alimentos, alinhando-se às diretrizes da nova cesta básica de alimentos e às recomendações do *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

Resumo expandido

Após mais de 80 anos da publicação da lei que instituiu a cesta básica no Brasil, em março de 2024 ela foi atualizada por meio do Decreto nº 11.936, que “dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar” (Brasil, 2024).

As diretrizes estabelecidas para a composição da nova cesta básica de alimentos contemplam: observância às recomendações do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (Brasil, 2014); proteção da alimentação adequada e saudável e meio ambiente; diversificação e diversidade, observadas as condições do território, do bioma; respeito às culturas e tradições alimentares. Desse modo, além de excluir produtos ultraprocessados, a criação da nova cesta básica também inova ao propor que nela estejam presentes alimentos associados às culturas alimentares e à sociobiodiversidade (Brasil, 2024).

A relevância de tal instrumento legal está no fato dele incidir em ações, políticas e programas voltados à produção, ao abastecimento e ao consumo de alimentos, com particular atenção a parcelas da população brasileira em situação de vulnerabilidade no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.

A abordagem sugerida pela nova cesta básica de alimentos toma por pressuposto que o ato alimentar não pode ser reduzido à sua dimensão biológica. Contudo, não são poucos os desafios para que essa visão venha a ser efetivada e crescentemente integrada a ações e programas voltados à produção, ao abastecimento e ao consumo de alimentos. É esse o sentido da Recomendação aprovada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que propõe ao governo federal a elaboração de um Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas (CONSEA, 2024). Outro ponto relevante é aquele que está mais diretamente relacionado à proposta deste Grupo de Trabalho, relacionado aos desafios que se colocam para a pesquisa.

*

Inscrevendo-se no âmbito do 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais, este Grupo de Trabalho se propõe a acolher pesquisadores/as cujos estudos e experiências, originários dos mais diversos contextos e territórios rurais, das distintas regiões brasileiras, sejam trazidos ao debate que busca lançar luzes sobre as interfaces entre cultura alimentar, sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Nessa perspectiva, serão bem-vindos trabalhos que, entre outros tópicos pertinentes à temática, se dediquem a: identificar e caracterizar práticas e produtos alimentares locais, artesanais, tradicionais presentes nos territórios; discutir tais práticas e produtos em suas relações com aspectos associados ao ambiente e à SSAN; refletir sobre estratégias metodológicas de pesquisa que possibilitem, nos diferentes biomas brasileiros, a identificação de elementos para a construção de parâmetros que estimulem o respeito às diversas culturas e tradições alimentares, a serem considerados nas políticas públicas de produção, abastecimento e consumo de alimentos.

A iniciativa deste Grupo de Trabalho pretende, ainda, no que se refere à temática delineada, colocar a Rede de Estudos Rurais em interlocução com a Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN, com o propósito de acumular estudos, debates e reflexões, de modo a contribuir para o enfrentamento do desafio de incorporar às políticas públicas o reconhecimento e valorização da sociobiodiversidade e das culturas e tradições alimentares.

Referências

BRASIL. Decreto nº 11.936, de 05 de março de 2024. Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos. *Diário Oficial da União*. Brasília, n. 45. 06 dez. 2024. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.936-de-5-de-marco-de-2024-546760941>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: MS, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

CONSEA. Recomendação referente à viabilização de esforços intersetoriais da administração pública e recursos necessários à elaboração do Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas. Brasília, 2024.